

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 06/12/2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

VITÓRIA TOTTI SALGADO

Fortaleza Europa? A securitização dos fluxos migratórios nas fronteiras com o Mediterrâneo

São Paulo

2021

VITÓRIA TOTTI SALGADO

Fortaleza Europa? A securitização dos fluxos migratórios nas fronteiras com o Mediterrâneo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Regionalismo”.

Orientadora: Profa. Dra. Regiane Nitsch Bressan

Coorientadora: Profa. Dra. Dina Sofia das Neves Sebastião

São Paulo

2021

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

S164 Salgado, Vitória Totti.
Fortaleza Europa? : a securitização dos fluxos migratórios nas fronteiras com o Mediterrâneo / Vitória Totti Salgado. – São Paulo, 2021.

160 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Regiane Nitsch Bressan.

Co-orientadora: Dina Sofia das Neves Sebastião.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2021.

1. Segurança internacional. 2. Europa – Defesa. 3. Política migratória – Europa. 3. Europa – Migração. I. Título.

CDD 355.03304

VITÓRIA TOTTI SALGADO

Fortaleza Europa? A securitização dos fluxos migratórios nas fronteiras com o Mediterrâneo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Regionalismo”.

Orientadora: Profa. Dra. Regiane Nitsch Bressan

Coorientadora: Profa. Dra. Dina Sofia das Neves Sebastião

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Regiane Nitsch Bressan (Universidade Federal de São Paulo)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista)

Profa. Dra. Vanda Amaro Dias (Universidade de Coimbra)

São Paulo, 06 de dezembro de 2021

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão das instituições que apoiaram esta pesquisa.

Ao meu núcleo familiar, Patrícia, Marília e Felipe, sem os quais nenhuma linha desta dissertação teria sido escrita. Obrigada pelo apoio incansável em toda a jornada do mestrado.

À minha orientadora e mentora, Regiane Bressan, pelo aconselhamento cuidadoso, pela parceria e amizade e, principalmente, por confiar em mim. Palavras não são capazes de expressar o quanto esta dissertação é mérito da sua orientação preciosa.

À minha coorientadora, Dina Sebastião, que se juntou a nós no meio do caminho para somar esforços valiosos e um olhar preciso sobre a pesquisa.

Ao professor e amigo Samuel Soares, pelos questionamentos instigantes e incansável estímulo à pesquisa e à crítica, por ter me acompanhado desde a graduação, e pela parceria que fez toda a diferença na minha opção pela carreira acadêmica e pelo ‘San Tiago Dantas’.

Aos professores Bruno Theodoro Luciano e Vanda Amaro Dias, que gentilmente aceitaram participar das bancas de qualificação e defesa desta dissertação, além das profícuas sugestões e correções. Aos demais professores do ‘San Tiago Dantas’, pelo acolhimento.

À Giovana Vieira, Isabela Silvestre e Graziela de Oliveira, pela disponibilidade e atenção com que auxiliam a todos do PPGRI ‘San Tiago Dantas’.

Aos colegas do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Observatório de Conflitos e do Observatório de Regionalismo (ODR), pelas inúmeras leituras, discussões e reflexões desse trabalho.

Ao Getúlio Alves, Gabriela Dorneles, Jéssica Santos e Leonardo Taquece, pela parceria na Associação de Pós-Graduandos ‘Olga Benário’, nas discussões incansáveis sobre a vida do pós-graduando, e pela amizade inestimável.

As pessoas privilegiadas que podem conduzir e finalizar um curso de mestrado sabem, como eu sei, que a atividade de pesquisa é um trabalho coletivo. Agradeço a todos e todas que possibilitaram, de alguma forma, essa jornada. Ao final, não nasce somente uma pesquisa, mas uma pesquisadora.

Encheram a terra de fronteiras, carregaram o céu de bandeiras. Mas só há
duas nações – a dos vivos e a dos mortos.

Mia Couto, 2003

*The limit, the frontier, the boundary, timeseries of boundaries, or ditches, the
void, or différence, they are all modifications of the line, the form of
topological thinking. Can we scape this thinking in terms of spatial
metaphors?*

Dagmar Reichert, 1992

RESUMO

Essa pesquisa trata do processo de securitização dos fluxos migratórios na União Europeia (UE) por meio de práticas em sua fronteira com o Mediterrâneo Central, especificamente com a Líbia. Objetiva-se analisar as práticas securitárias empregadas pela UE nas operações de segurança da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), EUBAM Líbia (2013-) e Operação Sophia (2015-2020), e da Frontex, Operação Triton (2014-2018) e Operação Themis (2018-). A partir do quadro teórico da securitização, propõe-se investigar como estas práticas reforçam o caráter securitário da questão migratória na UE, partindo do pressuposto de que a migração está amplamente securitizada na Europa, e que este tem sido um processo em *continuum* desde os anos 1990. Argumenta-se que as práticas securitárias empregadas na fronteira reforçam o caráter securitário da questão migratória na UE uma vez que promovem entendimentos intersubjetivos que qualificam os fluxos migratórios enquanto uma ameaça ao território europeu, de modo geral, e ao projeto de integração europeu, de modo específico. Ademais, esses entendimentos estão vinculados à promoção de práticas em fronteiras e ao significado intersubjetivo das fronteiras europeias para os cidadãos europeus e para o projeto de integração europeu. Utiliza-se extensa análise documental e bibliográfica, de modo a identificar práticas institucionalizadas na tratativa da UE para os fluxos migratórios no Mar Mediterrâneo.

Palavras-chave: Frontex; Migrações; PCSD; Securitização; União Europeia.

ABSTRACT

This research addresses the process of securitization of migratory flows in the European Union (EU) through practices on its border with the Central Mediterranean, specifically with Libya. The objective is to analyze the securitization practices employed by the EU in the security operations of the Common Security and Defense Policy (CSDP), EUBAM Libya (2013-) and Operation Sophia (2015-2020), and of Frontex, Operation Triton (2014-2018) and Operation Themis (2018-). From the theoretical framework of securitization, we proposed to investigate how these practices reinforce the securitized character of the migration issue in the EU, assuming that migration is widely securitized in Europe, and that this has been a process in *continuum* since the years 1990. We argue that the securitization practices employed at the border reinforce the securitized character of the migration issue in the EU, since they promote intersubjective understandings that qualify migratory flows as a threat to European territory, in general, and to the European integration project, in particular. Furthermore, these understandings are linked to the promotion of practices at borders and the intersubjective meaning of European borders for European citizens and for the European integration project. Extensive documentary and bibliographic analysis are used in order to identify institutionalized practices in the EU's dealings with migratory flows in the Mediterranean Sea.

Keywords: CSDP; European Union; Frontex; Migration; Securitization.

RESUMEN

Esta investigación aborda el proceso de securitización de los flujos migratorios en la Unión Europea (UE) a través de prácticas en su frontera con el Mediterráneo Central, concretamente con Libia. El objetivo es analizar las prácticas de securitización empleadas por la UE en las operaciones de seguridad de la Política Común de Seguridad y Defensa (PCSD), EUBAM Libia (2013-) y Operación Sophia (2015-2020), y de Frontex, Operación Tritón (2014. -2018) y Operación Themis (2018-). Desde el marco teórico de la securitización, se propone investigar cómo estas prácticas refuerzan el carácter securitario del tema migratorio en la UE, asumiendo que la migración está ampliamente securitizada en Europa, y que este ha sido un proceso en *continuum* desde los años 1990. Se argumenta que las prácticas de securitización empleadas en frontera refuerzan el carácter securitario del tema migratorio en la UE, ya que promueven entendimientos intersubjetivos que califican los flujos migratorios como una amenaza para el territorio europeo, en general, y para el proyecto de integración europea, en una forma específica. Además, estos entendimientos están vinculados a la promoción de prácticas en las fronteras y al significado intersubjetivo de las fronteras europeas para los ciudadanos europeos y para el proyecto de integración europea. Se utiliza un extenso análisis documental y bibliográfico para identificar prácticas institucionalizadas en el trato de la UE con los flujos migratorios en el Mar Mediterráneo.

Palabras-clave: Frontex; Migraciones; PCSD; Securitización; Unión Europea.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Sumário dos Tratados da União Europeia	47
Quadro 2 – Estrutura de Pilares da União Europeia, de Maastricht a Amsterdã	54
Figura 1 – O Espaço Schengen.....	57
Gráfico 1 – Evolução de controles fronteiriços internos nos países do Espaço Schengen (2006-2021*)	58
Gráfico 2 – Justificativas fornecidas pelos Estados-membros para a reintrodução temporária de controles fronteiriços internos no Espaço Schengen (2006-2021)	59
Gráfico 3 – Evolução do orçamento da Frontex em milhões de euros (2005-2020)	71
Figura 2 – Missões e Operações da PCSD (2020)	77
Gráfico 4 – Imigrantes deixando a Líbia (2011)	85
Quadro 3 – Linha do Tempo da EUBAM Líbia (2013-2020)	88
Figura 3 – Principais instituições líbias para a gestão de fronteiras e da migração	92
Quadro 4 – Linha do Tempo da EUNAVFOR MED Operação Sophia (maio 2015-março 2020)	102
Figura 4 – Resgates na costa da Líbia (janeiro-junho 2018)	108
Figura 5 – Resgates na costa da Líbia (julho-dezembro 2018)	108
Mapa 1 – Área Operacional proposta para Triton (2014)	118
Mapa 2 – Áreas operacionais de Mare Nostrum (2013/2014) e Triton (2014/2015) e zonas de busca e salvamento (<i>SAR zones</i>)	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de Fatalidade na travessia marítima do Mediterrâneo Central (2015-2019)	104
Tabela 2 – Evolução do orçamento da Frontex (2005-2020)	113
Tabela 3 – N.º de pessoas resgatadas no Mar Mediterrâneo (2014-2017)	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AR/VP	Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia
AGM	Abordagem Global da Migração
AGMM	Abordagem Global da Migração e Mobilidade
BISON	<i>Border Integrated Security Operations Network</i>
BMWG	<i>Border Management Working Group</i>
COPS	Comitê Político e de Segurança
CPCC	<i>Civilian Planning and Conduct Capability</i>
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DCIM	<i>Department for Combating Irregular Migration</i>
DCS	<i>Directorate of Coastal Security</i>
ELSJ	Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça
EUBAM	<i>European Union Integrated Border Management Assistance Mission</i>
EUDEL Líbia	<i>European Union Delegation to Libya</i>
EUMC	<i>European Union Military Committee</i>
EUNAVFOR MED	<i>European Union Naval Force Mediterranean</i>
Europol	Serviço Europeu de Polícia
GACS	<i>General Administration for Coastal Security</i>
GC&M	Guarda Costeira e da Marinha
INTERPOL	<i>International Criminal Police Organization</i>
JAI	Justiça e Assuntos Internos
LBG	<i>Libyan Border Guards</i>
LCGPS	<i>Libyan Coast Guard and Port Security</i>
MSWG	<i>Maritime Sub Working Group</i>
NTBSM	<i>National Team for Border Security and Management</i>
OIM	Organização Internacional para as Migrações

ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
RCSNU	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
SAR	<i>International Convention on Maritime Search and Rescue</i>
SEAE	Serviço Europeu para a Ação Externa
SOLAS	<i>International Convention for the Safety of Life at Sea</i>
UE	União Europeia
UNCLOS	<i>United Nations Convention on the Law of the Sea</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	SOBRE A SECURITIZAÇÃO NAS FRONTEIRAS EUROPEIAS	20
2.1	Teoria da securitização: a Escola de Copenhague	20
2.1.1	A Escola de Paris	29
2.2	A securitização da migração na União Europeia	36
2.2.1	O (re)ordenamento das fronteiras da União Europeia	42
3	AS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA	46
3.1	A livre circulação de pessoas na União Europeia	47
3.2	O Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (ELSJ)	61
3.2.1	Frontex, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeiras	66
3.3	A Política Externa e de Segurança Comum (PESC)	72
3.4	O relacionamento entre as instituições de segurança da União Europeia	78
4	PRÁTICAS SECURITÁRIAS NAS MISSÕES DA POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA (PCSD)	82
4.1	EUBAM Líbia	82
4.1.1	Antecedentes	83
4.1.2	A Missão	86
4.1.3	Práticas securitárias na EUBAM Líbia	91
4.2	EUNAVFOR MED: Operação Sophia	96
4.2.1	Antecedentes	96
4.2.2	A Operação	98
4.2.3	Práticas securitárias na Operação Sophia	105
5	PRÁTICAS SECURITÁRIAS NAS OPERAÇÕES DA FRONTEX	111
5.1	As Operações da Frontex no Mediterrâneo	111
5.1.1	Antecedentes à Operação Triton	114
5.1.2	A Operação Triton	116
5.1.3	De Triton à Themis	122
5.1.4	Práticas securitárias nas Operações Triton e Themis	125
5.2	A securitização por práticas dos fluxos migratórios no Mediterrâneo	126
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
	REFERÊNCIAS.....	133
	APÊNDICE A – ORÇAMENTO DA FRONTEX DISCRIMINADO POR	

ATIVIDADES OPERACIONAIS (2005-2020)	154
APÊNDICE B – NOTIFICAÇÕES DOS ESTADOS-MEMBROS PARA O REESTABELECIMENTO DE CONTROLES FRONTEIRIÇOS INTERNOS (2006-2021)	155
ANEXO – PRINCIPAIS ZONAS DE OPERAÇÃO DE BUSCA E SALVAMENTO NO MAR MEDITERRÂNEO	160

1 INTRODUÇÃO

A eclosão da crise humanitária, em 2015, decorrente do aumento do fluxo de migrantes¹ que tentavam adentrar a Europa, pôs em evidência a gestão das fronteiras externas do espaço que compreende a União Europeia (UE). A incapacidade de o bloco regional responder às pressões da crise de maneira coesa e eficiente, evidenciou as fraturas do projeto de integração, e colocou em xeque uma das maiores conquistas da UE: o Espaço Schengen e a livre circulação de pessoas. Destarte, os Estados-membros voltaram-se a soluções nacionais para a crise e reestabeleceram, em diversos momentos, o controle nas suas fronteiras internas.

Nesse cenário, a UE recorreu a mecanismos de controle e gestão de fluxos migratórios no Mar Mediterrâneo, uma das principais rotas de migrantes e refugiados para a Europa, de modo a externalizar a tratativa com o fenômeno e afastá-lo do território europeu. A questão da migração e do refúgio foi abordada como uma questão de segurança pelas instituições europeias, o que se opõe às políticas sociais e de solidariedade de um sistema de valores europeus que está cada vez mais fragmentado (OLMEDO, 2019). Com efeito, a questão migratória vigorou com destaque na mídia, nos palanques dos partidos políticos e na opinião pública. Considera-se que a questão migratória está amplamente securitizada na Europa (BIGO, 2002, 2000; LÉONARD, 2010a, 2010b, 2009; TAZZIOLI, 2016; MORENO-LAX, 2017; CECCORULLI, 2019; LÉONARD; KAUNERT, 2020), enunciada em discursos como uma ameaça ao projeto de integração regional, devido aos seus impactos para (1) a segurança interna do bloco, (2) a homogeneidade cultural, e (3) a garantia do bem-estar social (HUYSMANS, 2000, 2006).

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as práticas securitárias empregadas pela União Europeia em sua fronteira com o Mediterrâneo, por meio das operações de segurança no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, a Frontex, de 2013 a 2020. Da PCSD, analisa-se a Missão da UE de Assistência à Gestão Integrada das Fronteiras na Líbia (EUBAM Líbia, 2013-) e a operação

¹ Adota-se o termo “migrantes” para referir-se à categoria mais ampla de pessoas ‘deslocadas’, em um cenário de aumento da mobilidade transfronteiriça, sejam estes deslocamentos forçados ou espontâneos. Por “migrações forçadas”, entende-se o movimento migratório em que existe um elemento de coação, seja esse provocado pelo homem ou por fenômenos naturais. Contrariamente, as “migrações espontâneas” comportam um projeto de vida, planejado e desejado, geralmente causado por fatores de atração e de repulsão dos países. Vale ressaltar que “migração forçada” não é um conceito legal, e sim analítico, que abarca uma ampla gama de fenômenos responsáveis pelo deslocamento de pessoas. A categoria “refugiado”, por sua vez, é definida pelo direito internacional e pressupõe um conjunto de obrigações legais em relação a eles.

militar EUNAVFOR MED “Operação Sophia” (2015-2020). Da Frontex, analisam-se as Operações Triton (2014-2018) e Themis (2018-), ambas hospedadas pela Itália. A opção por analisar essas quatro operações possui duas justificativas principais. Em primeiro lugar, a rota central do Mediterrâneo configurou-se como a mais utilizada por migrantes e refugiados durante a crise eclodida em 2015, e é também uma das rotas mais letais. Desde 2014 até a conclusão dessa dissertação (novembro de 2021), quase vinte e três mil pessoas morreram durante a travessia do Mar Mediterrâneo (IOM, 2021). Em segundo lugar, de modo a ter uma compreensão mais ampla da presença da União Europeia no Mar Mediterrâneo, fez-se necessário incorporar todas as operações ativas na região durante o recorte temporal de 2013 a 2020. No caso específico da EUBAM, que atua no território Líbio e não no Mar Mediterrâneo, seu objetivo por estabelecer uma gestão integrada de fronteiras e a sua constante cooperação com a Operação Sophia e as operações da Frontex justificam a sua inclusão na análise. Além disso, análises indicam que a Líbia é o principal país de trânsito de migrantes, além de sediar uma ampla rede de traficantes e contrabandistas de pessoas (EUROPOL, 2017; EUROPOL; INTERPOL, 2016).

A pesquisa propôs, então, discutir duas questões principais, quais sejam: será que as práticas empregadas pela UE no Mediterrâneo reforçam o caráter securitário da questão migratória? E, caso afirmativo, como estas práticas operam os entendimentos intersubjetivos que consubstanciam a securitização da migração na Europa? Ainda, as operações configuram-se como casos para analisar a construção da insegurança associada à questão de fronteiras: é necessário interceptar o migrante antes que este entre no espaço europeu, configurando como externa a origem de ameaças que assolam a Europa. Desse modo, a securitização da migração está associada à lógica de uma periferia insegura, origem de ameaças, e que precisa ser ‘normalizada’.

Isto posto, optou-se por empregar o arcabouço teórico-conceitual da teoria de securitização, especificamente as Escolas de Copenhague e Paris, no intuito de desvelar as práticas rotineiras e a institucionalização da suposta ameaça que é a migração. Apesar de a teoria de securitização ter sido empregada com grande extensão na temática migratória, a análise de práticas que consubstanciam o processo de securitização ainda não foi suficientemente explorada. A ‘abordagem de práticas’ da securitização permite incorporar aspectos não-linguísticos para a análise da construção da ameaça. Para a condução da pesquisa, adotou-se o método monográfico, com objetivos exploratórios e descritivos. Os procedimentos de pesquisa foram organizados em estrutura analítico-descritiva conforme a ordem dos objetivos específicos. Consoante com o método adotado, definiram-se procedimentos

qualitativos de análise, quais sejam, a análise documental e a análise bibliográfica.

Os materiais utilizados foram, em grande parte, fontes primárias, como tratados e documentos oficiais² das seguintes instituições da UE: Comissão Europeia³, Conselho Europeu⁴, Parlamento Europeu⁵, o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE)⁶ e o Conselho da União Europeia⁷ (ou Conselho de Ministros), especificamente o Conselho de Justiça e Assuntos Internos e suas instâncias preparatórias. Ainda, foram também utilizados documentos da Frontex, disponíveis no seu site oficial⁸. É importante destacar que, ainda que a base pública de documentos oficiais da UE seja extensa, alguns documentos somente podem ser acessados mediante solicitação e autorização do órgão, e estes podem ser disponibilizados parcialmente ou com partes sensíveis censuradas, de acordo com o Regulamento N.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão⁹. Os documentos necessários foram, então, devidamente solicitados ao SEAE e à Frontex, e nos foram parcialmente concedidos.

Especificamente, foram solicitados documentos referentes à execução das missões da PCSD¹⁰, e documentos de planejamento e operação da Frontex. Da PCSD, dois documentos solicitados não foram concedidos – documento EEAS(2017)658 REV 2 “*the EU Concept for CIS for EU-led Military Operations and Missions*” e documento EEAS(2019)1297

² Os tratados, a legislação e outros documentos públicos da União Europeia têm a sua edição eletrônica disponível para acesso no Jornal Oficial da UE, pelo link: <https://eur-lex.europa.eu/oj/direct-access.html?locale=pt>.

³ Os documentos da Comissão Europeia, como propostas de legislação, avaliações de impactos, comunicados, atos delegados e de execução, entre outros, estão disponíveis no link: <https://ec.europa.eu/transparency/documents-register/>. Documentos estratégicos, como planos de trabalho e relatórios de atividades e de performance, estão disponíveis no link: https://ec.europa.eu/info/strategy-documents_pt.

⁴ As conclusões da Presidência do Conselho Europeu estão disponíveis no link: <https://www.consilium.europa.eu/pt/european-council/conclusions/>.

⁵ Os documentos públicos do Parlamento Europeu estão disponíveis no link: https://www.europarl.europa.eu/RegistreWeb/search/simpleSearchHome.htm?searchLanguages=PT&sortAndOrder=DATE_DOCU_DESC.

⁶ Os documentos do SEAE estão disponíveis ou podem ser solicitados por nacionais europeus no link: <https://www.europa.eu/public-register/>.

⁷ Os documentos legislativos preparatórios, os documentos de sessão e os comunicados de imprensa estão disponíveis em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/documents-publications/public-register/>.

⁸ Disponível em: <https://frontex.europa.eu/>.

⁹ O princípio da transparência e o direito de acesso dos particulares aos documentos dos organismos da UE encontram-se estabelecidos tanto no artigo 15.º do TFUE como no artigo 42.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE e são aplicados através do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (Regulamento (CE) n.º 1049/2001).

¹⁰ Os documentos foram concedidos em 01 de outubro de 2020, e são os seguintes: HR(2015)435, HR(2016)75, HR(2017)88, HR(2018)166, HR(2020)67, EEAS(2016)2019 E EEAS(2016)485.

“EUNAVFOR MED Op Sophia – Weekly Assessment Report 6 December 2019” – sob a justificativa de que a concessão, mesmo que parcial, das informações contidas nos documentos poderia prejudicar seriamente a proteção da segurança pública, defesa e assuntos militares, e relações internacionais, conforme Artigo 4.º, n.º 1 (alínea a) do Regulamento (EC) No 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho (VISENTIN, 2020).

Da Frontex, foram solicitados os Planos Operacionais (PO) e os seus respectivos anexos da Operação Triton, referentes aos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, e da Operação Themis, de 2018, 2019 e 2020. O PO de Themis de 2020 foi o único documento não concedido pela Frontex, sob justificativa de que, apesar da operação já ter encerrado as atividades do ano, sua avaliação estava corrente e, conceder o PO naquele momento dificultaria a sua avaliação e, em última análise, “colocaria em risco os esforços da União Europeia e dos Estados-Membros para combater e prevenir a criminalidade transfronteiriça e as passagens não autorizadas das fronteiras” (FRONTEX, 2021a). Todos os outros documentos concedidos vieram amplamente censurados, por terem trechos que se enquadram às exceções do Artigo 4.º do Regulamento (EC) No 1049/2001, ou seja, por considerar que a divulgação desses trechos pode prejudicar a proteção do interesse público no que diz respeito à segurança pública, à defesa e às questões militares, e às relações internacionais.

Ainda na seara da coleta de documentos oficiais, foram utilizados também documentos da UE “vazados” (disponíveis) na internet por organizações não-governamentais ou veículos de imprensa, o que os configura como fontes de segunda mão, devido ao tratamento realizado previamente e a impossibilidade de averiguar a origem dos documentos. No entanto, dada a extensão da censura que foi aferida, e a confiabilidade das organizações responsáveis pelo vazamento, julgou-se necessária a utilização destes documentos para obter informações cruciais sobre as políticas referentes à questão migratória e ao controle fronteiriço. Dentre as organizações, destaca-se *WikiLeaks*¹¹, *Statewatch*¹², *AskTheEU*¹³ e *POLITICO*¹⁴.

Quanto à pesquisa bibliográfica, foram utilizados artigos acadêmicos, livros, teses e

¹¹ O WikiLeaks é uma organização transnacional sem fins lucrativos, fundada em 2006, sediada na Suécia e administrada por The Sunshine Press, que publica em sua página postagens de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis. Disponível em: <https://wikileaks.org/>.

¹² A Statewatch é um grupo voluntário sem fins lucrativos fundado em 1991, composto por advogados, acadêmicos, jornalistas, pesquisadores e ativistas comunitários de 18 países, cujo objetivo é monitorar as liberdades civis na Europa, informar e empoderar a sociedade civil, e agir em matéria de liberdades civis e questões de justiça e assuntos internos. Disponível em: <https://www.statewatch.org/about/>

¹³ Disponível em: <https://www.asktheeu.org/en>

¹⁴ Disponível em: <https://www.politico.com/>.

dissertações, uma vez que há muitas análises acadêmicas de qualidade acerca da construção de uma narrativa securitária sobre a questão migratória e o controle fronteiriço europeu, sobre os (re)ordenamentos das fronteiras europeias, sobre a criação e a atuação da Frontex, além da bibliografia sobre as tendências dos fluxos migratórios. Ademais, foram também analisadas bibliografias referentes ao quadro teórico-conceitual da abordagem sociológica da securitização, especificamente dos estudos da Escola de Paris e da Sociologia Política Internacional, que instrumentalizaram a análise documental para que, junto à análise empírica das operações, fosse possível realizar inferências a respeito da relação entre as práticas desempenhadas pela PCSD e pela Frontex, e a securitização da migração na UE.

Os capítulos da dissertação estão organizados conforme seus objetivos específicos. O primeiro objetivo específico estabelece minuciar as bases teórico-conceituais da teoria de securitização, especificamente a ‘abordagem de práticas’ da Escola de Paris, e dos estudos de fronteiras. No entanto, este capítulo não é puramente teórico, uma vez que apresenta sinteticamente o caso da securitização da migração na Europa. O capítulo “Sobre a securitização da migração na União Europeia” (2), portanto, aborda o referido objetivo, e fornece um panorama amplo do quadro teórico utilizado para a pesquisa, suas vantagens e limitações.

Como segundo objetivo específico, propôs-se descrever, histórica e juridicamente, o (re)ordenamento das fronteiras da UE e a comunitarização e institucionalização das políticas de segurança interna e externa, principalmente no que tange à questão de fronteiras e ao gerenciamento de movimentos migratórios. O capítulo “As instituições de segurança da União Europeia” (3) fornece uma análise das instituições e/ou mecanismos da UE relevantes para esta pesquisa, a saber: o Espaço Schengen, o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (ELSJ), a Frontex, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a PCSD. Visou-se esclarecer o funcionamento de tais políticas e áreas de competência política, os mecanismos de tomada de decisão e de controle, especialmente em relação ao funcionamento rotineiro das operações analisadas. Ainda, propôs-se analisar o relacionamento interinstitucional desses órgãos, de modo a demonstrar a sobreposição de escopo de funções da segurança interna e externa da UE. Por fim, intentou-se tensionar a questão sobre a comunitarização das políticas de segurança na UE, visto que as políticas relacionadas à esfera da migração correspondem à competência compartilhada e foram parcialmente comunitarizadas, ao passo de que duas das operações analisadas (EUBAM e Sophia) respondem à mecanismos de decisão puramente intergovernamentais.

O terceiro e último objetivo específico refere-se à análise das práticas securitárias presentes nas quatro operações supramencionadas, localizadas na região de fronteira com o

Mediterrâneo, e com vistas a inferir se e como estas práticas reforçam o caráter securitizado da questão migratória na UE. Nos capítulos “Práticas securitárias nas missões da PCSD” (4) e “Práticas securitárias nas operações da Frontex” (5), portanto, foi possível identificar algumas práticas securitárias das operações no Mediterrâneo a partir de ampla análise documental e que, segundo a abordagem teórica da securitização, reforçam o caráter securitizado da questão migratória na Europa.

Nas considerações finais, retoma-se a reflexão inicial da pesquisa, sobre a securitização da migração por práticas, e os resultados empíricos encontrados com a análise documental das operações. Ensaia-se uma resposta às questões de partida desta investigação, depreende-se algumas inferências a respeito dos limites teórico-conceituais da teoria de securitização quando confrontados com casos empíricos, e da análise documental e bibliográfica para a investigação de práticas. Além disso, ressalta-se que, apesar das práticas das operações analisadas indicarem um viés securitário, há outras iniciativas da União Europeia quanto à assistência humanitária e coordenação em procedimentos de asilo que não foram abordadas por essa pesquisa. A existência de narrativas concorrentes e mecanismos diversos para a tratativa da questão migratória no bloco europeu, indica e incita a necessidade de contínuas pesquisas na área, especialmente no que diz respeito à análise das práticas e rotinas institucionalizadas no arcabouço normativo europeu.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação propôs-se identificar e avaliar as práticas securitárias empregadas por operações da União Europeia na região central do Mediterrâneo, entre os anos de 2013 e 2020. Para isso, focalizou-se a análise nas ações de quatro operações, quais sejam, a EUBAM Líbia (2013-hoje) e EUNAVFOR MED “Operação Sophia” (2015-2020), no âmbito da PCSD, e as Operações Triton e Themis, no âmbito da Frontex e do ELSJ. Adotou-se o pressuposto de que a migração é questão amplamente securitizada na União Europeia, e que este processo tem se desenvolvido em *continuum* desde meados dos anos 1990. A investigação objetivou, portanto, avaliar se e como as práticas securitárias presentes nas referidas operações reforçam o caráter securitário da migração na Europa.

Os capítulos da dissertação foram organizados segundo os objetivos específicos da pesquisa. O capítulo “Sobre a securitização da migração na União Europeia” (2) objetivou minuciar as bases teórico-conceituais da teoria de securitização, especificamente a abordagem de práticas da Escola de Paris, e apresentar o caso da securitização da migração na UE, além do impacto dos (re)ordenamentos fronteiriços do bloco para esse processo. O capítulo “As instituições de segurança da União Europeia” (3) propôs descrever, histórica e juridicamente, o processo de livre circulação de pessoas e o (re)ordenamento das fronteiras europeias, internas e externas, e os mecanismos de segurança associados à vigilância e ao controle dos fluxos migratórios. No referido capítulo explanou-se o funcionamento do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (ELSJ) e da Frontex, além da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

Por fim, os capítulos “Práticas securitárias nas missões da PCSD” (4) e “Práticas securitárias nas operações da Frontex” (5) intentaram descrever, identificar e analisar as práticas securitárias presentes nas atividades das quatro operações escolhidas, de modo a indicar como essas práticas reforçam o caráter securitário da migração e associam a periferia como fonte de ameaças que assolam a Europa.

Ao fim dessa pesquisa, ao menos quatro inferências podem ser realizadas considerando a securitização da migração na União Europeia. Em primeiro lugar, os limites da abordagem de práticas da teoria de securitização acentuam-se quando confrontados com a análise empírica. Apesar de ter sido possível identificar as principais atividades das operações, caracterizá-las como práticas securitárias é uma incursão muito mais difícil. Utilizou-se de critérios definidos por pesquisas anteriores (BALZACQ, 2008, 2011; LÉONARD, 2010a; LÉONARD; KAUNERT, 2020), que classificam ao menos duas categorias de práticas securitárias: (1)

práticas que são empregadas após o sucesso de um processo discursivo de securitização de uma questão, como é o caso da migração na Europa; e (2) práticas que, em si, incorporam a imagem do “migrante” como ameaça e transmitem a ideia de que a questão que estão abordando é uma questão de segurança. Na segunda categoria, faz-se uma subdivisão, e identificam-se três tipos de práticas: (1) práticas que usualmente são implantadas para resolver problemas comumente entendidos como de segurança, como o crime organizado ou o terrorismo; (2) a associação e cooperação com instituições tradicionalmente consideradas como instituições de segurança; e (3) práticas extraordinárias, no sentido de *out of the ordinary*, ou seja, nunca ou raramente empregadas para tratar da questão de segurança.

Apesar dessas categorias terem facilitado a tarefa de identificar as práticas securitárias nas operações, estas são demasiadamente amplas, e não estabelecem parâmetros fiáveis para a determinação precisa de quando ou porque uma prática é efetivamente securitária. A reflexão sugere, no entanto, que talvez a análise de práticas associada à análise de discurso propicie a melhor identificação de determinadas práticas no processo amplo de securitização. No entanto, permanece o desafio de identificar práticas securitárias em contextos em que o discurso securitizante não é fortemente empregado, e a questão encontra-se razoavelmente institucionalizada, como é também o caso da migração.

Em segundo lugar, o método empregado nessa pesquisa revela, também, limitações quanto a compreensão do processo sociológico, altamente relacional e intersubjetivo, do processo de securitização. Adotou-se a metodologia de análise documental e análise bibliográfica utilizando-se, primariamente, de documentos oficiais das instituições europeias, avaliações e relatórios de organismos internacionais e organizações não-governamentais, e bibliografia especializada sobre a securitização da migração na Europa. A incorporação de entrevistas com agentes de segurança no campo, com especialistas e ativistas de direitos humanos, bem como a realização de trabalho etnográfico nas bases das operações, pode oferecer novos *insights* para a análise e permitir o desenho verossímil de um fenômeno tão complexo quanto é o do gerenciamento de fluxos migratórios. Afinal, pode-se também averiguar uma questão de ordem: o que acontece primeiro? O ordenamento jurídico e procedimental é estabelecido, e então as operações são conduzidas, ou a realidade no campo apresenta-se diferente do que está estabelecido no *acquis* da UE e, por isso, os regulamentos são estabelecidos? Esse entendimento só será possível a partir da imersão na realidade e rotina das operações, além de acesso privilegiado a documentos de trabalho e relatórios de atividades, muitos dos quais não puderam ser acessados para essa pesquisa.

Ademais, percebe-se um *gap* entre o que é de fato e o que é de direito no andamento das

operações. No caso específico da associação entre as atividades do ELSJ e da PESC/PCSD, há patente incompatibilidade jurídica entre os mecanismos de tomada de decisão, de controle, e de *accountability*, apesar de, na prática, atuarem conjuntamente no Mar Mediterrâneo. Percebe-se, ao fim e ao cabo, a prerrogativa dos Estados-membros nas decisões frente ao gerenciamento de fluxos migratórios e a presença da União Europeia no Mediterrâneo, mesmo em uma suposta iniciativa da UE no caso das operações da Frontex. Apesar das políticas migratórias e de asilo terem sido gradualmente comunitarizadas no quadro jurídico da UE, e a Frontex ter sido dotada de crescente autonomia com duas reformas de 2016 e 2019, prevalece a autorização e anuência dos Estados-membros no ELSJ.

Em terceiro lugar, a pesquisa revelou também o profundo paradoxo das políticas europeias para a questão migratória. Ora securitárias, ora cooperativas, ora humanitárias. O paradoxo não é, de maneira alguma, uma novidade. As operações analisadas aqui pendem para o viés securitário. Não obstante, outras políticas adotadas pela UE na abordagem global da migração buscam mitigar o aspecto securitário com políticas de assistência humanitária e de coordenação de procedimentos de asilo, que não são abordadas por essa pesquisa. No entanto, as opções feitas pela UE referentes à sua presença no Mediterrâneo e no gerenciamento dos fluxos migratórios indicam a preferência e prevalência por opções associadas à securitização da questão migratória e ao fortalecimento da ideia de “Fortaleza” Europa.

Em quarto lugar, nesta pesquisa foi tomada a decisão de analisar as políticas empregadas pela União Europeia enquanto mecanismo não-estatal e, em alguma medida, supranacional. A intenção que orienta essa decisão é avaliar a potencialidade de mecanismos não-estatais exercerem políticas de segurança fronteiriça, de modo a evidenciar alternativas aos modelos estatais e nacionalizados presentes nos Estados-membros, e conjugarem a gestão territorial para uma instituição europeia. Não obstante, os interesses políticos dos Estados-membros agem diretamente nas decisões tomadas pela UE, especialmente no que tange às questões de segurança, localizadas no cerne da soberania territorial dos Estados. Ainda assim, é possível observar que a UE se tem dotado de capacidades, mecanismos e meios operacionais para agir no domínio de gestão de fronteiras em nome dos Estados-membros. Com o detalhamento exposto nesta dissertação sobre as instituições de segurança da UE, i.e., ELSJ e PESC, será possível avançar, em pesquisas futuras, para a análise dos constantes processos de barganha entre as instituições europeias e os representantes dos Estados-membros, especialmente na Comissão Europeia e no Conselho de Ministros, no que tange à adoção de políticas migratórias e de asilo, e à gestão do território europeu.

As quatro inferências apresentadas indicam novos caminhos para a pesquisa acadêmica e científica na temática de securitização de fluxos migratórios e gestão fronteiriça, que permitirão avançar o entendimento sobre esta temática. Independentemente disso, a pesquisa revelou que as operações da UE no Mediterrâneo constroem uma rede coerente de implicações a respeito dos fluxos migratórios, que são apresentados como uma ameaça que coloca o território europeu e o projeto de integração europeu em condição de vulnerabilidade. Isto porque identificou-se nas operações práticas securitárias, quais sejam, o enrijecimento das fronteiras líbias, os treinamentos da Guarda Costeira & Marinha da Líbia, a despretensão para as buscas de resgate e salvamento, a interceptação de migrantes irregulares antes que estes adentrem águas internacionais, o esvaziamento do Mar Mediterrâneo de embarcações, a ausência de um ponto específico de desembarque para pessoas resgatadas por Themis, a autorização de pessoas serem retornadas à Líbia pela Operação Sophia – quando resgatadas próxima às águas territoriais líbias –, a coleta e compartilhamento de informações pessoais de migrantes entre as instituições, entre outras condutas dos agentes de (in)segurança.

Ademais, identificam-se tendências para a externalização do gerenciamento dos fluxos migratórios, driblando o princípio de *non-refoulement*, ao atribuir aos países de trânsito e de origem a responsabilidade única perante às pessoas vítimas de sucessivos conflitos e crises em países de África e Oriente Médio. As políticas de segurança fronteiriça da União Europeia consistem, então, em um conjunto de práticas que visa repelir os migrantes indesejáveis do território europeu, e normalizar a sua periferia, i.e., a Líbia, em prol da estabilidade e segurança do centro.

Ao final da pesquisa, percebe-se que o gradual desenvolvimento de um espaço de livre-circulação na UE, ao passo que fortaleceu o projeto de integração regional e contribuiu para o estabelecimento de uma “identidade europeia”, veio acompanhado de um processo de securitização dos fluxos migratórios, pautado na exclusão de não-europeus advindos, principalmente, do continente africano. Identifica-se a estratégia de fortificação das fronteiras externas e interceptação de migrantes irregulares, antes mesmo destes adentrarem a UE, nas práticas das operações europeia de segurança que ocuparam o Mar Mediterrâneo de 2013 a 2020. As operações EUBAM Líbia, Sophia, Triton e Themis materializam a metáfora da “Fortaleza Europa”, construindo uma rede de vigilância e controle fronteiriço intransponível para os migrantes indesejáveis em território europeu.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSEN, Rita. Blair's Africa: The Politics of Securitization and Fear. **Alternatives**, v. 30, p. 55-80, 2005.

AKKERMAN, Mark. **Expanding the Fortress**: The policies, the profiteers and the people shaped by the EU's border externalisation programme. Amsterdam: Transnational Institute and Stop Wapenhandel, May 2018.

AMNESTY INTERNATIONAL. **A Perfect Storm**: The Failure of European Policies in the Central Mediterranean. London: Amnesty International Ltd, 6 Jul. 2017a. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/eur03/6655/2017/en/>. Acesso em: 3 jun. 2020.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Libya's Dark Web of Collusion**: Abuses against Europe-bound refugees and migrants. London: Amnesty International Ltd, 11 Dec. 2017b. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/mde19/7561/2017/en/>. Acesso em: 3 jun. 2020

AUSTIN, John L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962, Lectures I and II.

AUVILLAIN, Mathilde. My time on Europe's haunted seas. **POLITICO**. Apr. 29, 2021. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/my-time-on-europes-haunted-seas-migration-mediterranean-aquarius/>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BALIBAR, Étienne. **We, the People of Europe?** Reflections on Transnational Citizenship. Translated by James Swenson. Princeton and Oxford: Princeton University Press, p. 1-77, 2004.

BALZACQ, Thierry. A theory of securitization: origins, core assumptions, and variants. In: BALZACQ, Thierry (ed.). **Securitization Theory**: How security problems emerge and dissolve. London and New York: Routledge, p. 1-30, 2011.

BALZACQ, Thierry. The Policy Tools of Securitization: Information Exchange, EU Foreign and Interior Policies. **Journal of Common Market Studies**, v. 46, n. 1, p. 75-100, 2008.

BALZACQ, Thierry. The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. **European Journal of International Relations**, v. 11, n. 2, p. 171-201, 2005.

BALZACQ, Thierry; LÉONARD, Sarah; RUZICKA, Jan. 'Securitization' revisited: theory and cases. **International Relations**, v. 30, n. 4, p. 494-531, 2016.

BENEDICTO, Ainhoa Ruiz; BRUNET, Pere. **Building Walls**: Fear and securitization in the European Union. Centre Delàs, Report 35. Barcelona, September 2018. Disponível em: <http://centredelas.org/publicacions/informe-35-levantando-muros-politicas-del-miedo-y-securitizacion-en-la-union-europea-2/?lang=en>. Acesso em: 30 maio 2021.

BENEDICTO, Ainhoa R. **Guarding the Fortress**: The role of Frontex in the militarization and securitization of migration flows in the European Union. Barcelona: Centre Delàs d'Estudis per la Pau. Nov. 2019.

BENZOW, Gregg. EU opens new office in Libyan rebel stronghold. **Deutsche Welle (DW)**. 23 May 2011. Disponível em: <https://www.dw.com/en/eu-opens-new-office-in-libyan-rebel-stronghold/a-15096564>. Acesso em: 10 out. 2020.

BERROD, Frédérique. The Schengen Crisis and the EU's Internal and External Borders: A Step Backwards for Security-Oriented Migration Policy? **Borders in Globalization Review**, v. 1, n. 2, p. 53-63, Spring/Summer 2020.

BIGO, Didier. Detention of Foreigners, States of Exception, and the Social Practices of Control of the Banopticon. In: RAJARAM, Prem Kumar; WARR-GRUNDY, Carl. (eds.). **Borderscapes: Hidden Geographies and Politics at Territory's Edge**. Borderlines, v. 29. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2007, p. 3-33.

BIGO, Didier. Pierre Bourdieu and International Relations: Power of Practices, Practices of Power. **International Political Sociology**, v. 5, p. 225-258, 2011.

BIGO, Didier. Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease. **Alternatives**, v. 27, p. 63-92, 2002.

BIGO, Didier. When two become one: Internal and external securitisations in Europe. In: KELSTRUP, Morten; WILLIAMS, Michael (eds.) **International Relations Theory and the Politics of European Integration: Power, Security and Community**, London: Routledge, p. 320-360, 2000.

BISCOP, Sven. European Defence: Give PESCO a Chance. **Survival**, v. 60, n. 3, p. 161-180, 2018.

BÖRZEL, Tanja; RISSE, Thomas. From the euro to the Schengen crises: European integration theories, politicization, and identity politics. **Journal of European Public Policy**, v. 25, n. 1, p. 83-108, 2018.

BOSSONG, Raphael. The expansion of Frontex: symbolic measures and long-term changes in EU border management. **SWP Comment**, German Institute for International and Security Affairs, n. 47, 2019.

BOSWELL, Christina. Theorizing Migration Policy: Is There a Third Way? **International Migration Review**, Center for Migration Studies of New York, v. 41, n. 1, p. 75-10, Spring 2007.

BRANDÃO, Ana Paula. The CSDP-FSJ nexus in maritime security: the case of Operation Sophia. **XIII Congreso de AECPA**, GT 3.20 Las multiples dimensiones de la seguridad marítima, Barcelona, 20-22 September 2018.

BRANDÃO, Ana Paula. The Internal-External Security Nexus: EU Operation Sophia Through the Lens of Securitization. In: ROCHA, Álvaro; PEREIRA, Robson P. (Eds.) **Developments and Advances in Defense and Security: Proceedings of MICRADS 2019**. Singapore: Springer, p. 257-268, 2019.

BRANDÃO, Ana Paula. O Nexo Interno-Externo da Narrativa Securitária da União Europeia. **JANUT.NET e-journal of International Relations**, v. 6, n. 1, p. 1-20, 2015.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder; London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

C.A.S.E. COLLECTIVE. Critical Approaches to Security in Europe: A Networked Manifesto. **Security Dialogue**, v. 37, n. 4, p. 443-487, Dec. 2006.

CAMPBELL, Zach. Europe's deadly migration strategy. **POLITICO**. 28 Feb. 2019. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/europe-deadly-migration-strategy-leaked-documents/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CARRERA, Sergio; DEN HERTOOG, Leonhard; PARKIN, Joanna. EU Migration Policy in the wake of the Arab Spring. **MedPro**, Technical Report No. 15, Aug. 2012.

CARRERA, Sergio; LUK, Ngo Chun. Love thy neighbour? Coronavirus politics and their impact on EU freedoms and rule of law in the Schengen Area. **CEPS Paper in Liberty and Security in Europe**, No. 2020-04, April 2020.

CECCORULLI, Michela. Back to Schengen: the collective securitization of the EU free-border area. **West European Politics**, v. 42, n. 2, p. 302-322, 2019.

CEYHAN, Ayse; TSOUKALA, Anastassia. The Securitization of Migration in Western Societies: Ambivalent Discourses and Politics. **Alternatives**, v. 27, Special Issue, p. 21-39, 2002.

CHRISTENSEN, Gitte; ROUHOMÄKI, Jyrki; RODT, Annemarie. **The European Union Border Assistance Mission in Libya – successes, shortcomings and lessons identified**. Copenhagen: Royal Danish Defence College, 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - **Programa da Haia**: dez prioridades para os próximos cinco anos. Parceria para a renovação europeia no domínio da liberdade, segurança e justiça. COM (2005) 184 final, Bruxelas, 2005. Disponível em: <https://europa.eu/!My67Nf>. Acesso em: 26 maio 2021.

COMISSÃO EUROPEIA. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Agenda Europeia para a Segurança. **Jornal Oficial da União Europeia**: 28 abr. 2015, Estrasburgo, COM (2015) 185 final. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52015DC0185>. Acesso em: 09 nov. 2021.

COMISSÃO EUROPEIA. Migração e Assuntos Internos. **Europa sem fronteiras**: O Espaço Schengen. 2015. Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/e-library/multimedia/publications/schengen-brochure_en. Acesso em: 14 maio 2021. doi:10.2837/71557

COMISSÃO EUROPEIA. União Europeia. **Documento de Reflexão sobre o Futuro da Defesa Europeia**. Jun. 2017. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/reflection-paper-defence_pt.pdf. Acesso em: 31 out. 2020.

COMISSÃO EUROPEIA. União Europeia. **Documento de Reflexão sobre o Futuro da Defesa Europeia**. Jun. 2017. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/reflection-paper-defence_pt.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

COMMUNAUTÉ ÉCONOMIQUE EUROPÉENNE. **Traité instituant la Communauté Économique Européenne et documents annexes**. 25 mars 1957. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:11957E/TXT&from=PT>. Acesso em: 02 jun. 2021.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Estratégia de segurança interna da União Europeia: Rumo a um modelo europeu de segurança**. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2010. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/30754/qc3010313ptc.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Comunicado de Imprensa. **Operação EUNAVFOR MED SOPHIA: mandato prorrogado até 30 de setembro de 2019**, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2019/03/29/eunavfor-med-operation-sophia-mandate-extended-until-30-september-2019/>. Acesso em: 10 set. 2020.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CE) n.º 2007/2004 do Conselho, de 26 de Outubro de 2004, que cria uma Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia. **Jornal Oficial da União Europeia**: 25 nov. 2004, L 349/1. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32004R2007>. Acesso em: 09 nov. 2021.

CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Regulamento (CEE) n.º 1612/68 do Conselho, de 15 de outubro de 1968, relativo à livre circulação dos trabalhadores na Comunidade. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias**: 19 out. 1968, L 257/2. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PL/TXT/PDF/?uri=CELEX:31968R1612&from=PT>. Acesso em: 14 maio 2021.

CONSELHO EUROPEU. **Conselho Europeu de Santa Maria da Feira**, 19 e 20 de junho de 2000. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/21028/conselho-europeu-de-santa-maria-da-feira-conclus%C3%B5es-da-presid%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 31 maio 2021.

CONSELHO EUROPEU. Comunicado de Imprensa 204/15. **Reunião extraordinária do Conselho Europeu**, 23 abr. 2015. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2015/04/23/special-euco-statement/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

COSTA, Olivier. Seção IV - A política externa da UE. In: _____. **A União Europeia e sua Política Externa: História, Instituições e Tomada de Decisão**. Brasília: Cidade gráfica, p. 165-232, 2020.

CÔTÉ, Adam. Agents without agency: Assessing the role of the audience in securitization theory. **Security Dialogue**, v. 47, n. 6, p. 541-558, 2016.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. European Security Strategy: A Secure Europe in a Better World. **Report on the Implementation of the European Security Strategy: Providing Security in a Changing World.** 2008. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/d0928657-af99-4552-ae84-1cbaaa864f96/language-en/format-PDF/source-212363317>. Acesso em: 02 jun. 2021.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **European Security Strategy: A Secure Europe in a Better World.** Belgium: DGF-Communication / Publication, 13 Dec. 2003. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/34e43624-417d-11ea-9099-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-212363317>. Acesso em: 02 jun. 2021.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **Shared Vision, Common Action: A stronger Europe:** a global strategy for the European Union's foreign and security policy. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2016. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/3eaae2cf-9ac5-11e6-868c-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-212363317>. Acesso em: 02 jun. 2021.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2020/903 of 29 June 2020 amending Decision 2013/233 on the European Union Integrated Border Management Assistance Mission in Libya (EUBAM Libya). **Official Journal of the European Union:** 30 June 2020a, L 207. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/dec/2020/903/oj/eng>. Acesso em: 01 out. 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2020/471 of 31 March 2020 repealing Decision (CFSP) 2015/778 on a European Union military operation in the Southern Central Mediterranean (EUNAVFOR MED operation SOPHIA). **Official Journal of the European Union:** 1 Apr. 2020b, L 101/3. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597171863429&uri=CELEX:32020D0471>. Acesso em: 25 maio 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2020/472 of 31 March 2020 on a European Union military operation in the Mediterranean (EUNAVFOR MED IRINI). **Official Journal of the European Union:** 1 Apr. 2020c, L 101/4. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597171973797&uri=CELEX:32020D0472>. Acesso em: 25 maio 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2019/535 of 29 March 2019 amending Decision (CFSP) 2015/778 on a European Union military operation in the Southern Central Mediterranean (EUNAVFOR MED operation SOPHIA). **Official Journal of the European Union:** 1 Apr. 2019a, L 92/1. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597171666496&uri=CELEX:32019D0535>. Acesso em: 25 maio 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2019/1595 of 26 September 2019 amending Decision (CFSP) 2015/778 on a European Union military operation in the Southern Central Mediterranean (EUNAVFOR MED operation SOPHIA). **Official Journal of the European Union:** 27 Sep. 2019b, L 248/73. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597171765954&uri=CELEX:32019D1595>. Acesso em: 25 maio

2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2018/2055 of 21 December 2018 amending Decision (CFSP) 2015/778 on a European Union military operation in the Southern Central Mediterranean (EUNAVFOR MED operation SOPHIA). **Official Journal of the European Union**: 21 Dec. 2018a, L1 327/9. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597171534424&uri=CELEX:32018D2055>. Acesso em: 25 maio 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2018/2009 of 17 December 2018 amending Decision 2013/233 on the European Union Integrated Border Management Assistance Mission in Libya (EUBAM Libya). **Official Journal of the European Union**: 17 December 2018b, L 322. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/dec/2018/2009/oj/eng>. Acesso em: 01 out. 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2018/717 of 14 May 2018 amending Decision (CFSP) 2015/778 on a European Union military operation in the Southern Central Mediterranean (EUNAVFOR MED operation SOPHIA). **Official Journal of the European Union**: 16 May 2018c, L 120/10. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597171437809&uri=CELEX:32018D0717>. Acesso em: 25 maio 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2017/1342 of 17 July 2017 amending Decision 2013/233 on the European Union Integrated Border Management Assistance Mission in Libya (EUBAM Libya). **Official Journal of the European Union**: 18 July 2017a, L 185. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/dec/2017/1342/oj/eng>. Acesso em: 01 out. 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. General Secretariat of the Council. **Joint CivCom Advice and PMG Recommendations on Strategic Review on EUBAM Libya, EUNAVFOR MED OP Sophia & EU Liaison and Planning Cell**. 10714/17. Brussels: 29 Jun. 2017b.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2017/1385 of 25 July 2017 amending Decision (CFSP) 2015/778 on a European Union military operation in the Southern Central Mediterranean (EUNAVFOR MED operation SOPHIA). **Official Journal of the European Union**: 26 Jul. 2017c, L 194/61. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597171335677&uri=CELEX:32017D1385>. Acesso em: 25 maio 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2017/2162 of 20 November 2017 amending Decision 2013/233 on the European Union Integrated Border Management Assistance Mission in Libya (EUBAM Libya). **Official Journal of the European Union**: 21 November 2017d, L 304. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/dec/2017/2162/oj/eng>. Acesso em: 01 out. 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2016/2314 of 19 December amending Decision (CFSP) 2015/778 on a European Union military operation in the Southern Central Mediterranean (EUNAVFOR MED operation SOPHIA). **Official**

Journal of the European Union: 20 Dec. 2016a, L 345/62. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597171112732&uri=CELEX:32016D2314>. Acesso em: 25 maio 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2016/1339 of 4 August 2016 amending Decision 2013/233 on the European Union Integrated Border Management Assistance Mission in Libya (EUBAM Libya). **Official Journal of the European Union:** 5 August 2016b, L 212. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/dec/2016/1339/oj/eng>. Acesso em: 01 out. 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2016/993 of 20 June 2016 amending Decision (CFSP) 2015/778 on a European Union military operation in the Southern Central Mediterranean (EUNAVFOR MED operation SOPHIA). **Official Journal of the European Union:** 21 Jun. 2016c, L 162/18. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597170943782&uri=CELEX:32016D0993>. Acesso em: 25 maio 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2016/207 of 15 February 2016 amending Decision 2013/233 on the European Union Integrated Border Management Assistance Mission in Libya (EUBAM Libya). **Official Journal of the European Union:** 16 February 2016d, L 39. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/dec/2016/207/oj/eng>. Acesso em: 01 out. 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2015/2276 of 7 December 2015 amending Decision 2013/233 on the European Union Integrated Border Management Assistance Mission in Libya (EUBAM Libya). **Official Journal of the European Union:** 8 December 2015a, L 322. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/dec/2015/2276/oj/eng>. Acesso em: 01 out. 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2015/1926 of 26 October 2015 amending Decision (CFSP) 2015/778 on a European Union military operation in the Southern Central Mediterranean (EUNAVFOR MED). **Official Journal of the European Union:** 27 Oct. 2015b, L 281/13. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597170823610&uri=CELEX:32015D1926>. Acesso em: 25 maio 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2015/972 of 22 June 2015 launching the European Union military operation in the Southern Central Mediterranean (EUNAVFOR MED). **Official Journal of the European Union:** 23 Jun. 2015c, L 157/51. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597170648498&uri=CELEX:32015D0972>. Acesso em: 25 maio 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2015/800 of 21 May 2015 amending Decision 2013/233 on the European Union Integrated Border Management Assistance Mission in Libya (EUBAM Libya). **Official Journal of the European Union:** 22 May 2015d, L 127. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/dec/2015/800/oj/eng>. Acesso em: 01 out. 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2015/778 of 18 May

2015 on a European Union military operation in the Southern Central Mediterranean (EUNAVFOR MED). **Official Journal of the European Union**: 19 May 2015e, L 122/31. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597071455978&uri=CELEX:32015D0778>. Acesso em: 25 maio 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **Libya, a Political Framework for a Crisis Approach**. 13829/14. Brussels: 1 Oct. 2014a.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2014/294 of 20 May 2014 amending Decision 2013/233 on the European Union Integrated Border Management Assistance Mission in Libya (EUBAM Libya). **Official Journal of the European Union**: 21 May 2014b, L 151. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/dec/2014/294/oj/eng>. Acesso em: 01 out. 2020.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council conclusion on Libya. Foreign Affairs Council meeting. Brussels: 18 Nov. 2013a.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Council Decision (CFSP) 2013/233 of 22 May 2013 on the European Union Integrated Border Management Assistance Mission in Libya (EUBAM Libya). **Official Journal of the European Union**: 24 May 2013b, L 138. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32013D0233&qid=1604271793442>. Acesso em: 01 out. 2020.

CUSUMANO, Eugenio. Migrant rescue as organized hypocrisy: EU maritime missions offshore Libya between humanitarianism and border control. **Cooperation and Conflict**, v. 54, n. 1, p. 3-24, 2019.

D'ARCY, François. **União Européia: Instituições, Políticas e Desafios**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002.

DEARDEN, Kate *et al.* Calculating “Death Rates” in the Context of Migration Journeys: Focus on the Central Mediterranean. In: **GMDAC Briefing Series – Towards safer migration in Africa: Migration and Data in Northern and Western Africa**. Berlin, Germany: Global Migration Data Analysis Centre (GMDAC), International Organization for Migration. Jan. 2019. Disponível em: <https://missingmigrants.iom.int/sites/g/files/tmzbd1601/files/publication/file/mortality-rates.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DIAS, Vanda A. Política Europeia de Vizinhança: Práticas Imperiais na Fronteira com o “Outro”? **Relações Internacionais: R: I**, n. 43, p. 75-84, 2014.

DOVER, R.; KRISTENSEN, A. The European Union’s Foreign, Security, and Defence Policies. In: CINI, M.; BORRAGÁN, N. (Eds.). **European Union Politics**. New York: Oxford University Press, 2015.

DURA, Sophie. The EU in the Central Mediterranean: Impact and Implications of the Comprehensive Approach. **European Journal of Migration and Law**, v. 20, p. 205-222, 2018.

EU ‘to suspend ship patrols’ on Mediterranean migrant mission. **Deutsche Welle**. 27 Mar. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/en/eu-to-suspend-ship-patrols-on-mediterranean-migrant-mission/a-48071670>. Acesso em: 10 set. 2020.

EUROPEAN COMMISSION. **A reinforced European Border and Coast Guard**. Nov. 2019. Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/default/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/20191108_managing-migration-factsheet-european-border-and-coast-guard_en.pdf. Acesso: 30 maio 2021.

EUROPEAN COMMISSION. **Frontex Joint Operation ‘Triton’** – Concerted efforts to manage migration in the Central Mediterranean. Press Release. Oct. 2014. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_14_566. Acesso em: 09 nov. 2021.

EUROPEAN COMMISSION. **Member States’ notifications of the temporary reintroduction of border control at internal borders pursuant to Article 25 and 28 et seq. of the Schengen Borders Code**. [2021] Disponível em: https://ec.europa.eu/home-affairs/system/files/2021-11/Full%20list%20of%20notifications_en.pdf. Acesso em: 09 nov. 2021.

EUROPEAN COMMISSION. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. A European Agenda on Migration. **Official Journal of the European Union**: Brussels, 13 May 2015a, COM (2015) 240 final. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597169227325&uri=CELEX:52015DC0240>. Acesso em: 25 maio 2020.

EUROPEAN COMMISSION. Joint Communication to the European Parliament and the Council. Addressing the Refugee Crisis in Europe: The Role of EU External Action. **Official Journal of the European Union**: Brussels, 9 Sep. 2015b, JOIN (2015) 40 final. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597168945882&uri=CELEX:52015JC0040>. Acesso em: 25 maio 2020.

EUROPEAN COMMISSION. Press Release. **Joint Foreign and Home Affairs Council: Ten-point action plan on migration**. Luxembourg, 20 Apr. 2015c. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_15_4813. Acesso em: 15 jul. 2020.

EUROPEAN DEFENCE AGENCY. União Europeia. **Annual Report**. 2017. Disponível em: <https://eda.europa.eu/docs/default-source/eda-annual-reports/eda-2017-annual-report-final>. Acesso em: 30 maio 2021.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). **A Global Strategy for the European Union’s Foreign and Security Policy**. Jun. 2016. Disponível em: https://eeas.europa.eu/archives/docs/top_stories/pdf/eugs_review_web.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). **Defence Package**: Fact Sheet. Update: 18 May 2017. Disponível em:

https://eeas.europa.eu/sites/default/files/defence_package_factsheet_0.pdf. Acesso em: 09 nov. 2021.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). **Implementation Plan on Security and Defence**. Out. 2017. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/implementation_plan_on_security_and_defence_18-10-2017.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). **EU Missions and Operations**. Oct. 2021. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/default/files/eu_csdp-missions-and-operations_2021-10.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). **EUNAVFOR MED – Operation Sophia, Six Monthly Reports** (22 June to 31 December 2015; 1 January to 31 October 2016; 1 November 2016 to 31 May 2017; 1 June to 30 November 2017; 1 December 2017 to 31 May 2018) **and Monitoring Report** (October 2017 to January 2018). Disponível em: <https://images.politico.eu/wp-content/uploads/2019/02/OperationSophia.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). **Strategic Review on EUNAVFOR MED Operation Sophia, EUBAM Libya & EU Liaison and Planning Cell**. Brussels: 26 Jul. 2018, EEAS (2018) 835.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). **Strategic Review on EUBAM Libya, EUNAVFOR MED Op Sophia & EU Liaison and Planning Cell**. Brussels, 15 May 2017a, EEAS (2017) 530. Disponível em: <https://www.statewatch.org/media/documents/news/2018/aug/eu-sophia-libya-overview-11471-18.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). **EU Global Strategy – The Story of Sophia**. In: **YouTube**. Video (ca. 1:22 min). 17 Mar. 2017b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=tY0bmi6k3ng>. Acesso em: 20 jul. 2020.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). **EUBAM Libya Initial Mapping Report Executive Summary**. Brussels: 24 Jan. 2017c, EEAS (2017) 0109.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). **Interim Strategic Review of EUBAM Libya**. Brussels: 13 Apr. 2015, EEAS (2015) 435.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). **Revised Draft Concept of Operation “Plus” (CONOPS PLUS) for the CSDP mission EUBAM Libya**. Brussels: 18 Apr. 2013, 8182/4/13 REV 4.

EUROPEAN PARLIAMENT. **An area of freedom, security and justice: general aspects**. Fact Sheets on the European Union. Dec. 2020. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/150/an-area-of-freedom-security-and-justice-general-aspects>. Acesso em: 25 abr. 2021.

EUROPEAN PARLIAMENT. European Parliament resolution of 29 April 2015 on the latest

tragedies in the Mediterranean and EU migration and asylum policies (2015/2660(RSP)). **Official Journal of the European Union**: 21 Sep. 2016, C 346/47. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52015IP0176>. Acesso em: 25 maio 2020.

EUROPEAN POLITICAL STRATEGIC CENTRE (EPSC). Irregular Migration via the Central Mediterranean: From Emergency Responses to Systemic Solutions. **EPSC Strategic Notes**. Issue 2, 2 Feb. 2017. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/959407ea-ed03-11e6-ad7c-01aa75ed71a1>. Acesso em: 20 jul. 2020.

EUROPOL. **European Union Serious and Organised Crime Threat Assessment - SOCTA**. People as a Commodity. 2017. Disponível em: <https://www.europol.europa.eu/socta/2017/people-as-a-commodity.html>. Acesso em: 28 jul. 2020.

EUROPOL; INTERPOL. **Migrant Smuggling Networks**: Joint Europol-INTERPOL Report. Executive Summary, May 2016. Disponível em: <https://www.europol.europa.eu/publications-documents/europol-interpol-report-migrant-smuggling-networks>. Acesso em: 22 jun. 2020.

FERNÁNDEZ, Félix V. The European Operations in the Mediterranean Sea to deal with migration as a symptom: from the Italian operation Mare Nostrum to Frontex operations Triton and Posseidon, EUNAVFOR-MED and NATO's assistance in the Aegean Sea. **The Spanish Yearbook of International Law**, n. 20, p. 93-117, 2016.

FERREIRA-PEREIRA, Laura C. A Europa da Defesa: O Fim do Limbo. **Nação & Defesa**, n. 110, 3ª Série, p. 87-127, Primavera 2005.

FERREIRA-PEREIRA, Laura C. The European Security and Defense under the Lisbon Treaty: State of the Play and Future Prospects. **Konrad-Adenauer-Stiftung e.V.**, May 2013.

FERREIRA-PEREIRA, Laura C. The Common Foreign and Security Policy of the European Union: The anatomy of a novel process. **Cena Internacional**, v. 10, n. 2, p. 37-54, 2008.

FERREIRA-PEREIRA, Laura C. The mainstreaming of security and defense in the European Union post-2016. In: NOLTE, Detlef; WEIFFEN, Brigitte. **Regionalism Under Stress: Europe and Latin America in Comparative Perspective**. London: Routledge, 2020.

FLOYD, Rita. A revised securitisation theory. In: FLOYD, Rita. **Security and the Environment: Securitisation Theory and US Environmental Security Policy**. New York: Cambridge University Press, 2010, p. 43-60.

FLOYD, Rita. Collective securitization in the EU: normative dimensions. **West European Politics**, v. 42, n. 2, p. 391-412, 2019.

FLOYD, Rita. Extraordinary or ordinary emergency measures: what, and who, decides the "success" of securitisation? **Cambridge Review of International Affairs**, v. 29, n. 2, p. 667-694, 2016.

FLOYD, Rita. Securitization theory and securitization studies. **Journal of International Relations and Development**, v. 9, n. 1, p. 53-61, 2006.

FRONTEX. **Annexes of Operational Plan**, Amendment No 1: JO Themis 2018. Warsaw, 29 Jan. 2019a. 104p.

FRONTEX. **Annexes of Operational Plan**: JO Themis 2019. Warsaw, 27 Feb. 2019b. 68p.

FRONTEX. **Annexes of the Operational Plan**, EPN Concept: Joint Operation EPN Triton 2014. 2014/SBS/09. Warsaw, 22 Oct. 2014a. 44p.

FRONTEX. **Annexes of the Operational Plan**: Joint Operation Triton 2017. 2017/SBS/05. Warsaw, 27 Jan. 2017a. 115p.

FRONTEX. **Application for access to European Border and Coast Guard Agency (Frontex) documents**, submitted on 27 October 2020, registered on 26 January 2021. Ref: DCGO/TO/PAD-2020-00258. Warsaw, 16 February 2021a.

FRONTEX. **Application for access to European Border and Coast Guard Agency (Frontex) documents**, submitted on 27 October 2020, registered on 21 December 2020. Ref: DCGO/TO/PAD/2020-00257. Warsaw, 25 January 2021b.

FRONTEX. **Application for access to European Border and Coast Guard Agency (Frontex) documents**, submitted on 27 October 2020, registered on 27 November 2020. Ref: DCGO/TO/PAD-2020-00192. Warsaw, 18 December 2020.

FRONTEX. **Concept of reinforced joint operation tackling the migratory flows towards Italy: JO EPN-Triton**. To better control irregular migration and contribute do SAR in the Mediterranean Sea. 28 Aug. 2014, Reg. No 2014/JOU, Limited. Leaked by: Statewatch in August 28th, 2014b. Disponível em: <https://www.statewatch.org/observatories/frontex/frontex-publications/operations-reports/concept-of-reinforced-joint-operation-tackling-the-migratory-the-migratory-flows-towards-italy-jo-epn-triton-to-better-control-irregular-migration-and-contribute-to-sar-in-the-mediterranean-sea/>. Acesso em: 10 nov. 2011.

FRONTEX. Consultative Forum on Fundamental Rights. **Second Annual Report**, 2014c. Disponível em: <https://frontex.europa.eu/about-frontex/key-documents/?category=fundamental-rights-reports>. Acesso em: 30 set. 2020.

FRONTEX. Consultative Forum on Fundamental Rights. **Third Annual Report**, 2015a. Disponível em: <https://frontex.europa.eu/about-frontex/key-documents/?category=fundamental-rights-reports>. Acesso em: 30 set. 2020.

FRONTEX. Consultative Forum on Fundamental Rights. **Fourth Annual Report**, 2016a. Disponível em: <https://frontex.europa.eu/about-frontex/key-documents/?category=fundamental-rights-reports>. Acesso em: 30 set. 2020.

FRONTEX. Consultative Forum on Fundamental Rights. **Fifth Annual Report**, 2017b. Disponível em: <https://frontex.europa.eu/about-frontex/key-documents/?category=fundamental-rights-reports>. Acesso em: 30 set. 2020.

FRONTEX. Consultative Forum on Fundamental Rights. **Sixth Annual Report**, 2018a.

Disponível em: <https://frontex.europa.eu/about-frontex/key-documents/?category=fundamental-rights-reports>. Acesso em: 30 set. 2020.

FRONTEX. Consultative Forum on Fundamental Rights. **Seventh Annual Report**, 2019c. Disponível em: <https://frontex.europa.eu/about-frontex/key-documents/?category=fundamental-rights-reports>. Acesso em: 30 set. 2020.

FRONTEX. **Frontex Evaluation Report: JO Triton 2017**. Operational Response Division, Field Deployment Unit. 2017?

FRONTEX. **Frontex helps train Libyan Coast Guard**. 13 Dec. 2016c. Disponível em: <https://frontex.europa.eu/media-centre/news/news-release/frontex-helps-train-libyan-coast-guard-zxRCnE>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FRONTEX. JO EPN Triton 2016: **Bi-Weekly Analytical Report**, No. 22, Ref. 24 459/2016, 9 Dec. 2016b.

FRONTEX. **Key Documents: Budget (2005-2021)**. [2021a]. Disponível em: <https://frontex.europa.eu/about-frontex/key-documents/?category=budget>. Acesso em: 09 nov. 2021.

FRONTEX. **Operation Themis (Italy)**. [2021b]. Disponível em: <https://frontex.europa.eu/we-support/main-operations/operation-themis-italy/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FRONTEX. **Operational Plan (Main part)**, Amendment No 1: JO Themis 2018. Warsaw, 29 Jan. 2019d. 36p.

FRONTEX. **Operational Plan (Main part)**, EPN Concept: Joint Operation EPN Triton 2016. 2016/SBS/05. Warsaw, 2016?a. 22p.

FRONTEX. **Operational Plan (Main part)**, EPN Concept: Joint Operation EPN Triton 2015. 2015/OPS/05. Warsaw, 26 May 2015b. 19p.

FRONTEX. **Operational Plan (Main part)**, EPN Concept: Joint Operation EPN Triton 2014. 2014/SBS/09. Warsaw, 22 Oct. 2014d. 18p.

FRONTEX. **Operational Plan (Main part)**: JO Themis 2019. Warsaw, 27 Feb. 2019e. 34p.

FRONTEX. **Operational Plan (Main part)**: JO Triton 2017. 2017/SBS/05. Warsaw, 26 Jan. 2017c. 33p.

FRONTEX. **Specific Annex of the Operational Plan**, EPN Concept: Joint Operation EPN Triton 2016. 2016/SBS/05. Warsaw, 2016?b. 77p.

FRONTEX. **Specific Annex of the Operational Plan**, EPN Concept: Joint Operation EPN Triton 2015. 2015/SBS/05. Warsaw, 26 May 2015c. 51p.

GADDAFI wants EU cash to stop African migrants. **BBC News**. 31 Aug. 2010. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-11139345>. Acesso em: 16 out. 2020.

GARCÍA PÉREZ, Rafael. **Política de Seguridad y Defensa de la Unión Europea**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), 2003.

GARELLI, Glenda; TAZZIOLI, Martina. The Humanitarian War Against Migrant Smugglers at Sea. **Antipode**, v. 50, n. 3, p. 685-703, 2018.

GRANT, Will. Berlusconi: ‘Human tsunami’ arriving in Lampedusa. **BBC News**. 10 Apr. 2011. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/world-europe-13027272>. Acesso em: 16 out. 2020.

GRUSZCZAK, Artur. Coping with neo-nomadic mobility: Frontex’s agent power in the EU’S extended borderland. **Review of European and Comparative Law**, v. XXXVII, 2019.

GUILD, Elspeth *et al.* **Internal border controls in the Schengen area: Is Schengen crisis-proof?** Study for the LIBE committee. European Union: Policy Department C: Citizens’ Rights and Constitutional Affairs, June 2016.

GUILD, Elspeth *et al.* What is happening to the Schengen borders? **CEPS Paper in Liberty and Security in Europe**, n. 86, Dec. 2015.

HANSEN, Lene. Reconstructing desecuritization: the normative-political in the Copenhagen School and directions for how to apply it. **Review of International Studies**, v. 38, n. 3, p. 525-546, July 2012.

HANSEN, Lene. The politics of securitization and the Muhammad cartoon crisis: A post-structuralist perspective. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4/5, p. 357-369, August-October 2011.

HELLER, Charles. Liquid Traces: Investigating the Deaths of Migrants at the EU’s Maritime Frontier. In: **International Forum on Migration Statistics**, 2018. Session 4.E: Migration Traceability. Disponível em: <https://www.oecd.org/migration/forum-migration-statistics/parallel-sessions/>. Acesso em: 20 set. 2021.

HERMENEGILDO, Reinaldo S. A “Segurança Interna” da União Europeia: O Caso da Guarda Costeira e de Fronteiras. **Proelium VII**, v. 14, p. 147-182, 2018.

HOUSE OF LORDS. European Union Committee. **Operation Sophia: a failed mission**. 2nd Report of Session 2017-19. Ordered to be printed 4 July 2017 and published 12 July 2017.

HUMAN RIGHTS WATCH. **No Escape from Hell: EU Policies Contribute to Abuse of Migrants in Libya**. United States of America: Human Rights Watch, 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2019/01/21/no-escape-hell/eu-policies-contribute-abuse-migrants-libya>. Acesso em: 3 jun. 2020.

HUNDREDS of NGOs and individuals call for revocation of Libya’s SAR Zone. **Migreurop: observatoire des frontières**. 3 Jul. 2020. Disponível em: <http://www.migreurop.org/article2997.html?lang=fr>. Acesso em: 31 out. 2020.

HUYBREGHTS, Gerrit. The Schengen Convention and the Schengen *acquis*: 25 years of evolution. **ERA Forum**, v. 16, p. 379-426, 2015.

HUYSMANS, Jef. The European Union and the Securitization of Migration. **Journal of Common Market Studies**, v. 38, n. 5, p. 751-777, 2000.

HUYSMANS, Jef. **The Politics of Insecurity**: Fear, migration and asylum in the EU. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2006.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). Global Migration Data Analysis Centre (GMDAC). GMDAC Briefing Series: Towards safer migration in Africa: Migration and Data in Northern and Western Africa. **Calculating “death rates” in the context of migration journeys**: Focus on the Central Mediterranean. [2020].

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **Missing Migrants Project**, 2021 Disponível em: <https://missingmigrants.iom.int/downloads>. Acesso em: 10 nov. 2021.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **Daily Statistical Report**: Migration Crisis from Libya – IOM Middle East North Africa Operations. 6 Jul. 2011. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/map_477.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

KALKMAN, Jori P. Frontex: A Literature Review. **International Migration**, v. 59, n. 1, p. 165-181, 2020.

KATSIAFICAS, Caitlin. Search and Rescue Operations in the Mediterranean: The Role of Frontex Plus. **Bridging Europe**: More Europe, More Democracy. EU Migration Policy Working Paper, n. 13, 2014.

KOENIG, Nicole. The EU and the Libyan Crisis – In Quest of Coherence? **The International Spectator**, v. 46, n. 4, p. 11-30, 2011.

KOLLER, Emily. Mare Nostrum vs. Triton. Paper submitted to the course on **The European Union and the Politics of Migration**, European Studies, Monk School of Global Affairs and Public Policy, The University of Toronto, 2017. Disponível em: <https://munkschool.utoronto.ca/ceres/files/2017/10/Paper-Emily-Koller.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

KOUTRAKOS, Panos. The nexus between CFSP/CSDP and the Area of Freedom, Security and Justice. In: **Research Handbook in EU Common Foreign and Security Policy**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, p. 296-311, 2018.

LÉONARD, Sarah. EU border security and migration into the European Union: FRONTEX and securitization through practices. **European Security**, v. 19, n. 2, p. 231-254, 2010a.

LÉONARD, Sarah. The creation of FRONTEX and the politics of institutionalization in the EU external borders policy. **Journal of Contemporary European Research**, v. 5, n. 3, p. 371-388, 2009.

LÉONARD, Sarah. The use and effectiveness of migration controls as a counter-terrorism instrument in the European Union. **Central European Journal of International and**

Security Studies, v. 4, n. 1, p. 32-50, 2010b.

LÉONARD, Sarah; KAUNERT, Christian. Reconceptualizing the audience in securitization theory. In: BALZACQ, Thierry (ed.). **Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve**. London and New York: Routledge, 2011, p. 57-76.

LÉONARD, Sarah; KAUNERT, Christian. The securitisation of migration in the European Union: Frontex and its evolving security practices. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, Special Issue: The Spiralling of the Securitization of Migration in the European Union, 2018

LIQUID Traces: The Left-to-Die Boat Case. Directed by Charles Heller e Lorenzo Pezzani. Based on the “Report on the ‘Left-to-Die’ Boat” by Charles Heller, Lorenzo Pezzani and SITU Research, 2011. Produced with support from Haus Der Kulturen Der Welt, Berlin, and Forensic Architecture (ERC.), Goldsmiths, University of London. 17 min, 2014. Disponível em: <https://vimeo.com/89790770>. Acesso em: 20 set. 2021.

LOSCHI, Chiara; RUSSO, Alessandra. Whose Enemy at the Gates? Border management in the Context of EU Crisis Response in Libya and Ukraine. **Geopolitics**, Jan. 2020.

LUEDTKE, Adam. Fortifying Fortress Europe? The Effect of September 11 on EU Immigration Policy. In: GIVENS, Terri E.; FREEMAN, Gary P.; LEAL, David L. (eds.). **Immigration Policy and Security: U.S., European, and Commonwealth perspectives**. New York and London: Routledge Taylor & Francis Group, 2009, p. 130-147.

LUSA. CRONOLOGIA: Principais atentados terroristas na Europa, desde 2015. **Diário de Notícias**, 22 mar. 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/cronologia-principais-atentados-terroristas-na-europa-desde-2015-10712346.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MAINWARING, Cetta. In the face of revolution: the Libyan civil war and migration politics in Southern Europe. In: CALLEVA, S.; WOHLFELD, M. (eds.). **Change and Opportunities in the Emerging Mediterranean**. Malta University Press: Malta, p. 431-451, 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. 3ª edição. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MONAR, Jörg. The ‘Area of Freedom, Security and Justice’: ‘Schengen’ Europe, Opt-outs, Opt-ins and Associates. In: DYSON, Kenneth; SEPOS, Angelos (eds.). **Which Europe? The Politics of Differentiated Integration**. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2010, p. 279-292.

MONAR, Jörg. The External Dimension of the EU’s Area of Freedom, Security and Justice: Progress, potential and limitations after the Lisbon Treaty. **Swedish Institute for European Policy Studies (SIEPS)**, Report No. 1, May 2012.

MORENO-LAX, Violeta. The EU Humanitarian Border and the Securitization of Human Rights: The ‘Rescue-Through-Interdiction/Rescue-Without-Protection’ Paradigm. **Journal of Common Market Studies**, v. 56, n. 1, p. 119-140, 2018.

MOTTA, Bárbara V. **Securitização e Política de Exceção: O Excepcionalismo Internacionalista Norte-Americano na Segunda Guerra do Iraque**. Coleção Paz, Defesa e

Segurança Internacional. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

NAUFRAGE de 800 migrants : le scénario de la catastrophe se dessine. **Le Figaro**. 21 avril 2015. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/international/2015/04/21/01003-20150421ARTFIG00042-nauffrage-au-large-de-la-libye-800-migrants-sont-morts.php>. Acesso em: 13 jul. 2020.

NEAL, Andrew W. Securitization and Risk at the EU Border: The Origins of FRONTEX. **Journal of Common Market Studies**, v. 47, n. 2, p. 333-356, 2009.

NOVÁKY, Niklas. The road to Sophia: Explaining the EU's naval operation in the Mediterranean. **European View**, v. 17, n. 2, p. 197-209, 2018.

O'FARRELL, Clare. **Foucault News**: news and resources on French thinker Michel Foucault (1926-1984). Michel Foucault: key concepts. 2007-2021. Disponível em: <https://michel-foucault.com/key-concepts/>. Acesso em: 09 nov. 2021.

OLMEDO, Concepción A. The migrant crisis in the Mediterranean: A multidimensional challenge for the European Union. **RUDN Journal of Sociology**, v. 19, n. 4, p. 617-629, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 09 nov. 2021.

PAASI, Anssi. Boundaries as social processes: Territoriality in the world of flows. **Geopolitics**, v. 3, n. 1, p. 69-88, 1998.

PAASI, Anssi. Bounded spaces in a 'borderless world': border studies, power and the anatomy of territory. **Journal of Power**, v. 2, n. 2, p. 213-234, 2009.

PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CE) N.º 562/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de março de 2006 que estabelece o código comunitário relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen). **Jornal Oficial da União Europeia**: 13 abr. 2006. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:02006R0562-20131126&from=EN#:~:text=O%20presente%20regulamento%20prev%C3%AA%20a,Estados%20Membros%20da%20Uni%C3%A3o%20Europeia>. Acesso em: 09 nov. 2021.

PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2019/1896 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de novembro de 2019, relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, que revoga os Regulamentos (UE) n.º 1052/2013 e (UE) 2016/1624. **Jornal Oficial da União Europeia**: 14 nov. 2019, L 295/1. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32019R1896&from=EN>. Acesso em: 09 nov. 2021.

PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (UE) 2016/1624 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de setembro de 2016, relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, que altera o Regulamento (UE) 2016/399 do

Parlamento Europeu e do Conselho e revoga o Regulamento (CE) n.º 863/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, o Regulamento (CE) n.º 2007/2004 do Conselho e a Decisão 2005/267/CE do Conselho. **Jornal Oficial da União Europeia**: 16 set. 2016, L 251/1. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX%3A32016R1624>. Acesso em: 09 nov. 2021.

PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Texto consolidado: Regulamento (UE) 2016/399 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016, que estabelece o código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen) (codificação). **Jornal Oficial da União Europeia**: 11 jun. 2019. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:02016R0399-20190611&from=EN>. Acesso em: 14 maio 2021.

PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão. **Jornal Oficial da União Europeia**: 31 maio 2001, L 145. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1636552855063&uri=CELEX%3A32001R1049>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PARLAMENTO EUROPEU. **Conselho Europeu de Tampere, 15 e 16 de Outubro de 1999, Conclusões da Presidência**, 1999. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/summits/tam_pt.htm. Acesso em: 26 maio 2021.

POP, Valentina. EU ignores Malta on special status for refugees. **EU Observer**. Brussels, 31 Mar. 2011. Disponível em: <https://euobserver.com/news/32103>. Acesso em: 16 out. 2020.

RIDDERVOLD, Marianne. A humanitarian mission in line with human rights? Assessing Sophia, the EU's naval response to the migration crisis. **European Security**, v. 27, n. 2, p. 158-174, 2018.

SAYAD, Abdelmalek. O Que é um Imigrante? In: SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 45-72, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **The Suffering of the Immigrant**. Translated by David Macey. Policy Press Ltd., 2004.

SCHENGEN VISA INFO. **Schengen Area** – The World's Largest Visa Free Zone. [2021]. Disponível em: <https://www.schengenvisainfo.com/schengen-visa-countries-list/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político**: Teoria do *Partisan*. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey Ltda., 2009 [1932], p. 19-56.

SCHMITT, Carl. **Political Theology**: Four Chapters on the Concept of Sovereignty. Translated by George Schwab. Cambridge, Massachusetts, and London, England: The MIT Press, 1985 [1922].

SEBASTIÃO, Dina Sofia das Neves. Gregos e Troianos: a política de asilo na UE entre a politização e os direitos fundamentais. In: CAMISÃO, Isabel; BRANDÃO, Ana Paula (coords.). **O Estado da União Europeia: da(s) crise(s) à mudança?** [S.l.]: Petrony, D. L., p. 81-102, 2020.

STAAB, Andreas. Part I: The Evolution of the European Union. In: _____. **The European Union explained: institutions, actors, global Impact.** Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press, 2011, p. 3-44.

STATISTA RESEARCH DEPARTMENT. **Italy: rescued migrants with the Operation Mare Nostrum 2005-2014.** Oct. 13, 2014. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/579418/number-ofrescued-migrants-operation-mare-nostrum-italy/>. Acesso em: 09 nov. 2021.

STRITZEL, Holger. Security, the translation. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4-5, p. 343-355, 2011.

STRITZEL, Holger. Towards a Theory of Securitization: Copenhagen and Beyond. **European Journal of International Relations**, v. 13, n. 3, p. 357-383, 2007.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47-80, jan./jun. 2003.

TAZZIOLI, Martina. Border displacements. Challenging the politics of rescue between Mare Nostrum and Triton. **Migration Studies**, v. 4, n. 1, p. 1-19, 2016.

TOSTES, Ana Paula. **União Europeia: Resiliência e Inovação Política no Mundo Contemporâneo.** Curitiba: Appris Editora, 2017.

TRAUNER, Florian. Asylum policy: the EU's 'crises' and the looming policy regime failure. **Journal of European Integration**, v. 38, n. 3, p. 311-325, 2016.

TRAUNER, Florian; SERVENT, Ariadna Ripoll. The *Communitarization* of the Area of Freedom, Security and Justice: Why Institutional Change does not Translate into Policy Change. **Journal of Common Market Studies**, v. 54, n. 6, p. 1417-1432, 2016.

TRAYNOR, Ian. EU keen to strike deal with Muammar Gaddafi on immigration. **The Guardian**. Brussels, 1 Sep. 2010. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2010/sep/01/eu-muammar-gaddafi-immigration>. Acesso em: 16 out. 2020.

UGUR, Mehmet. Freedom of Movement vs. Exclusion: A Reinterpretation of the 'Insider'- 'Outsider' Divide in the European Union. **The International Migration Review**, v. 29, n. 4, p. 964-999, Winter 1995.

UNHCR. Documents. **Desperate Journeys: Refugees and migrants arriving in Europe and at Europe's borders: January – December 2018.** Jan. 2019. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/67856>. Acesso em: 3 jun. 2020.

UNHCR. Operational Data Portal. **Mediterranean Situation.** Disponível em:

<https://data2.unhcr.org/en/situations/mediterranean>. Acesso em: 15 maio 2020.

UNIÃO EUROPEIA. **A Declaração de Schuman de 9 de maio de 1950**: 70 anos de solidariedade, 2020. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration_pt. Acesso em: 20 abr. 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, de 14 de Junho de 1985, entre os Governos dos Estados da União Económica Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns (1990). **Jornal Oficial da União Europeia**: nº L239, 2000, p. 19-62. Disponível em: <https://europa.eu/!rD69fQ>. Acesso em: 27 de maio de 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Programa de Estocolmo - Uma Europa Aberta e Segura que Sirva e Proteja os Cidadão (2009). **Jornal Oficial da União Europeia**: nº C115, 2010. Disponível em: <https://europa.eu/!cD94Cd>. Acesso em: 26 maio 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht em 7 de Fevereiro de 1992. Edição em língua portuguesa. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias**: nº C191, 35º. ano, 29 de Julho de 1992. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=OJ:C:1992:191:TOC>. Acesso em: 26 maio 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Tratado de Amesterdão que altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses Tratados. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias**: nº C340, 1997, p. 1-144. Disponível em: <http://data.europa.eu/eli/treaty/ams/sign>. Acesso em: 26 maio 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa em 13 de Dezembro de 2007. **Jornal Oficial da União Europeia**: nº C306, 2007. Disponível em: <https://europa.eu/!Mu68XD>. Acesso em: 26 maio 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Tratado de Nice que altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses Tratados, assinado em Nice em 26 de Fevereiro de 2001. **Jornal Oficial da União Europeia**: nº C080, 2001, p. 1-87. Disponível em: <http://data.europa.eu/eli/treaty/nice/sign>. Acesso em: 26 maio 2021.

VAN HOUTUM, Henk. Human blacklisting: the global apartheid of the EU's external border regime. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 28, n. 6, p. 957-976, 2010.

VAN HOUTUM, Henk; VAN NAERSSSEN, Ton. Bordering, Ordering and Othering. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v. 93, n. 2, p. 125-136, 2002.

VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. Borderwork beyond Inside/Outside? Frontex, the Citizen-Detective and the War on Terror. **Space and Polity**, v. 12, n. 1, p. 63-79, 2008.

VELASCO, Suzana de Souza Lima. **Imigração na União Europeia**: uma leitura crítica a partir do nexa entre securitização, cidadania e identidade transnacional [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

VISENTIN, Gabriele. [E-mail enviado à Dina Sebastião]. **Subject: Your request for access**

to documents of 25 August 2020. Ref: 2020/087. European External Action Service (EEAS). Brussels, 01 Oct. 2020.

WAEVER, Ole. Aberystwyth, Paris, Copenhagen: New 'Schools' in Security Theory and their Origins between Core and Periphery. **International Studies Association**, Montreal, Mar. 17-20, 2004.

WAEVER, Ole. Identity, Integration and Security: Solving the Sovereignty Puzzle in E.U. Studies. **Journal of International Affairs**, v. 48, n. 2, Transcending National Boundaries, p. 389-431, Winter 1995.

WASSENBERG, Birte. The Schengen Crisis and the End of the Myth of "Europe Without Borders". **Borders in Globalization Review**, v. 1, n. 2, p. 30-39, Spring/Summer 2020.

WILLIAMS, Michael C. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. **International Studies Quarterly**, v. 47, n. 4, p. 511-531, Dec. 2003.

WIKILEAKS. EUNAVFOR MED – Operation Sophia, Six Monthly Report: June, 22nd to December, 31st 2015. WikiLeaks release: February, 17th 2016. Disponível em: <https://wikileaks.org/eu-military-refugees/EEAS/page-9.html>. Acesso em: 10 nov. 2020.

WIKILEAKS. **EU defence chiefs' approved plan for military intervention against "refugee boats" in Libya and the Mediterranean.** European Union Military Committee (EUMC): Military Advice on the "Draft Crisis Management Concept for a possible CSDP operation to disrupt human smuggling networks in the Southern Central Mediterranean". May 12th, 2015. WikiLeaks release: May 25th, 2015. Disponível em: <https://wikileaks.org/eu-military-refugees/EUMC/>. Acesso em: 10 nov. 2020.